Espaço em Revista 2010
ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

DAIA: mitos e discursos sobre emprego e empregabilidade

Rodrigo Mendes da Silva[1]
rodrigomgeo@yahoo.com.br

Marcelo Rodrigues Mendonça[2]
ufgmendonca@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir como é formado, por parte das elites, um discurso pautado no DAIA como sendo um poderoso gerador de emprego e renda, fazendo parte de uma pesquisa maior, em nível de mestrado. Para tanto, faremos a análise de entrevistas com os atores envolvidos, assim como fontes documentais na busca da identificação de discursos hegemônicos e veremos como é possível identificar um discurso dominante em que o DAIA foi o principal responsável pelo *desenvolvimento* do município, assim como sendo um poderoso gerador de empregos. Também veremos como essas afirmações são frágeis e não vão além de discurso, que mostra sua maior eficácia na camuflagem dos jogos de poder, dos verdadeiros movimentos na produção e apropriação do território anapolino e seu Distrito, omitindo também e os reais beneficiários de todo esse processo de (re)ordenamento territorial
Palavras-chave: Distritos Agroindustriais. Anápolis. DAIA. Emprego. Desenvolvimento.

DAIA: MYTHS AND SPEECHES ON EMPLOYMENT AND EMPLOYABILITY

Abstract: This article seeks to analyze how the elites tends to elaborate the speech that shows DAIA as a powerful employment and income generator. The results presents in this article are part of a larger research in master's level. Analyses of interviews with the involved actors are also considered, as well as documentary sources in search for identification of hegemonic speeches delivered by the elites. Recognition of a dominant discourse in which DAIA was primarily responsible for the development of municipality, as well as being a powerful generator of jobs will be made. It will also be analyzed how these assertions are fragile and does not go beyond speech which shows their great efficiency in the camouflage of power games, of the true movements in the production and appropriation of the Anapoli's territory and it's District. It also omits the real beneficiary of (re)ordering territorial process orchestrated by the capital.
Key-words: Agro-industrial Districts. Anápolis. DAIA. Employment. Development.

Introdução

O artigo tem como objetivo discutir como é construído pelas elites um discurso sobre o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, como sendo o maior

[1] Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás/UFG.
[2] Professor Doutor dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Goiás/CAC. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG/CNPq.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

gerador de empregos, renda e inclusão social no município de Anápolis e dos mais importantes do estado de Goiás. Para tanto, nos debruçamos em compreender o município de Anápolis/GO e o DAIA, a partir do emaranhado de relações sociais, urdidas por diversos sujeitos, destacando-se o Estado, o empresariado e a classe trabalhadora local. Utilizamos pesquisas realizadas sobre a temática, trabalhos de campo, fontes documentais e entrevistas estruturadas e semi-estruturadas para assegurar que a leitura geográfica proposta tenha densidade teórica e metodológica.

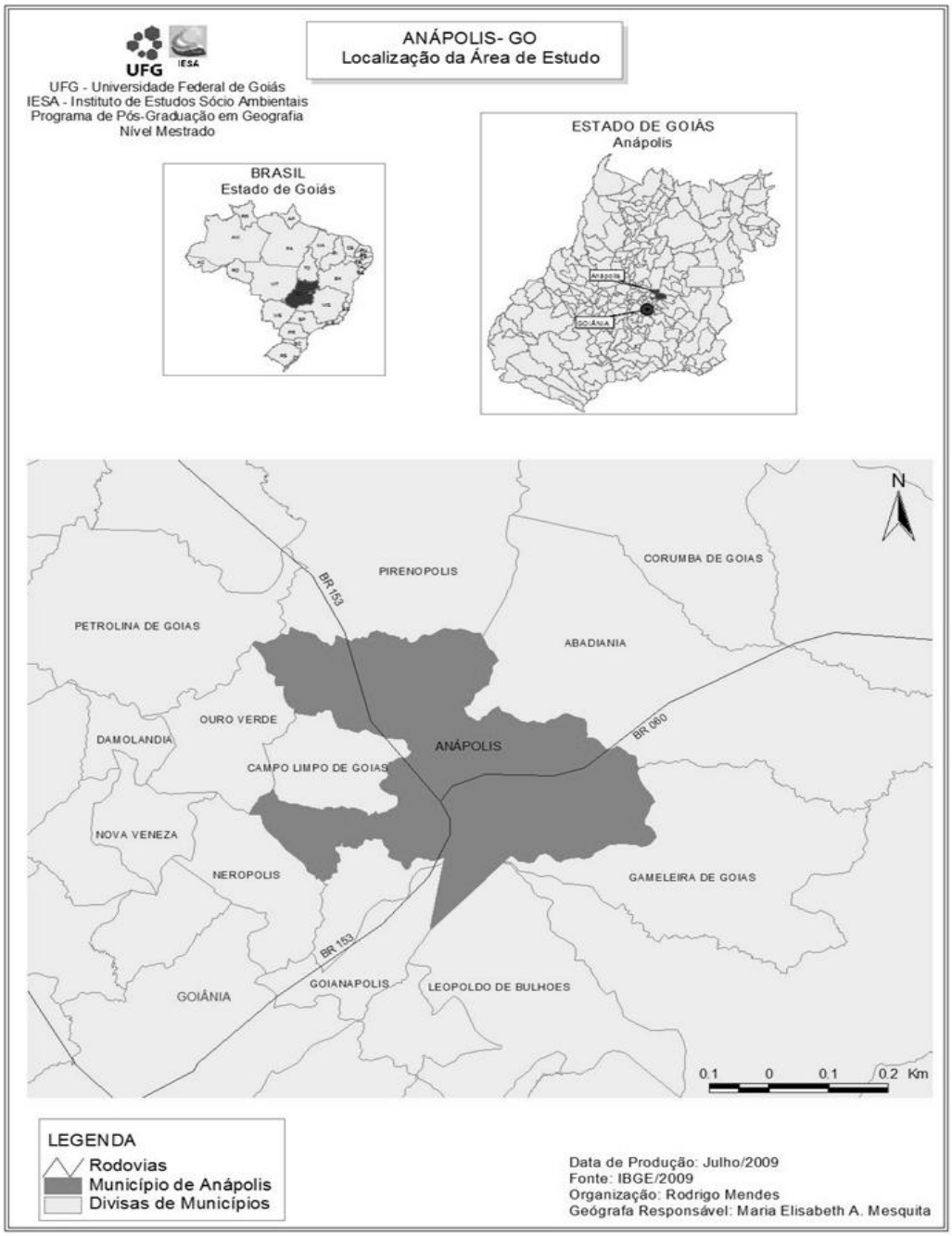
O município de Anápolis está situado no eixo compreendido por Goiânia-Anápolis-Brasília, caracterizado como Centro-Goiano onde as três sedes dos municípios "[...] funcionam como pólos da região, centralizam e difundem a modernidade no território goiano". (ARRAIS, 2007, p. 125). Assim as preocupações versam sobre a geografia regional e econômica, tendo como cerne a reflexão sobre desenvolvimento territorial. De fato é o DAIA o fomentador do progresso de Anápolis? Qual o sentido desse progresso? Ao longo do artigo tentar-se-á responder essa indagação.

As atividades industriais do DAIA são variadas com destaque para os setores farmacêutico, bebidas e alimentação, móveis, embalagens, plásticos, têxtil dentre outros. Recentes investimentos como o Porto Seco (nome dado a EADI – Estação Aduaneira do Interior), já implantado, e o início das obras de Plataforma Logística Multimodal, assim como da Ferrovia Norte-Sul, ampliam a importância do papel logístico do DAIA, município e região, favorecidos pela posição geográfica no centro do país. Anápolis é o terceiro município do Estado em termos demográficos, porém, o segundo em grau de importância sócio-econômica e abriga também a principal unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) com mais de 15 cursos em diferentes áreas.

Anápolis (Mapa 1) dista 54 km de Goiânia e 154 de Brasília. Contabilizava em 2005, 716 estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda, com destaque para os setores farmacêutico e atacadista. Em Agosto de 2007, o DAIA contava com 161 indústrias em funcionamento, implantadas em sua área de 879,47 ha (Goiás, 2007). Das empresas instaladas podemos destacar o Laboratório

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

Neoquímica, Laboratório Teuto Brasileiro, Armazém Goiás, Granol, Rio Vermelho, dentre outras. A Cervejaria Ambev se localiza em área fora do DAIA.



Mapa 1: Localização geográfica do Município de Anápolis.
Fonte: IBGE/2009

Historicamente, Anápolis exerceu importância na ocupação do Centro-Norte Goiano sendo um dos mais significativos entrepostos no processo de "colonização do Norte". A posição geográfica, a proximidade com Goiânia e mais

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

tarde a construção de Brasília, possibilitou um crescimento econômico vertiginoso. Mais recentemente a condição de polo atacadista, farmacológico e a instalação de montadoras permitiu um destaque nacional.

DAIA: o mito do progresso...

O DAIA possui localização geográfica destacada, referida muitas vezes como privilegiada, situando-se ao sul da cidade de Anápolis, em meio a um entroncamento de rodovias federais (BR-153, BR-060 e BR-414), às margens da GO-330, ficando relativamente equidistante a qualquer ponto do país e possui considerável infraestrutura e um parque industrial bem consolidado (Mapa 2).

No decorrer do artigo apresentamos as entrevistas feitas com pesquisadores e intelectuais anapolinos, assim como entrevistas com empresários e presidentes de órgãos de classe, tanto que atuam no DAIA, quanto na cidade de Anápolis para então confrontar os resultados obtidos durante a pesquisa, com o discurso hegemônico elitista. A abordagem consistiu em uma entrevista semi-dirigida, com poucas perguntas, de forma que o entrevistado se sentisse a vontade para falar de suas impressões. À medida em que a entrevista seguia elaborávamos questões pertinentes à temática de acordo com o que o entrevistado afirmava em suas respostas anteriores a fim de instigar e extrair o máximo de informações que se fizessem úteis.

O que fica mais evidente na construção desse mito no qual o DAIA é de fundamental importância para o município de Anápolis são dois aspectos: geração de emprego e arrecadação de impostos. Isso o pesquisador historiador deixa bem claro em sua fala:

> [...] temos que ver como que a origem do DAIA reflete, nem que seja do ponto de vista psicológico na cidade. Existe um conceito que é muito forte na cidade, que o DAIA foi fundamental para o desenvolvimento econômico do município, na geração de emprego e impostos, geralmente essas são as duas coisas que o pessoal utiliza. (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em julho de 2009).

A ideia de que o DAIA gera um número exorbitante de empregos e, portanto, desenvolvimento foi bastante massificada e bem absorvida principalmente pela classe empresarial e política. De certa forma essa ideia atingiu também a

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

classe trabalhadora e a população anapolina, como bem disse o entrevistado "reflete, nem que seja do ponto de vista psicológico da cidade". O proprietário da torneadora e funilaria entrevistado, também mantém esse discurso:

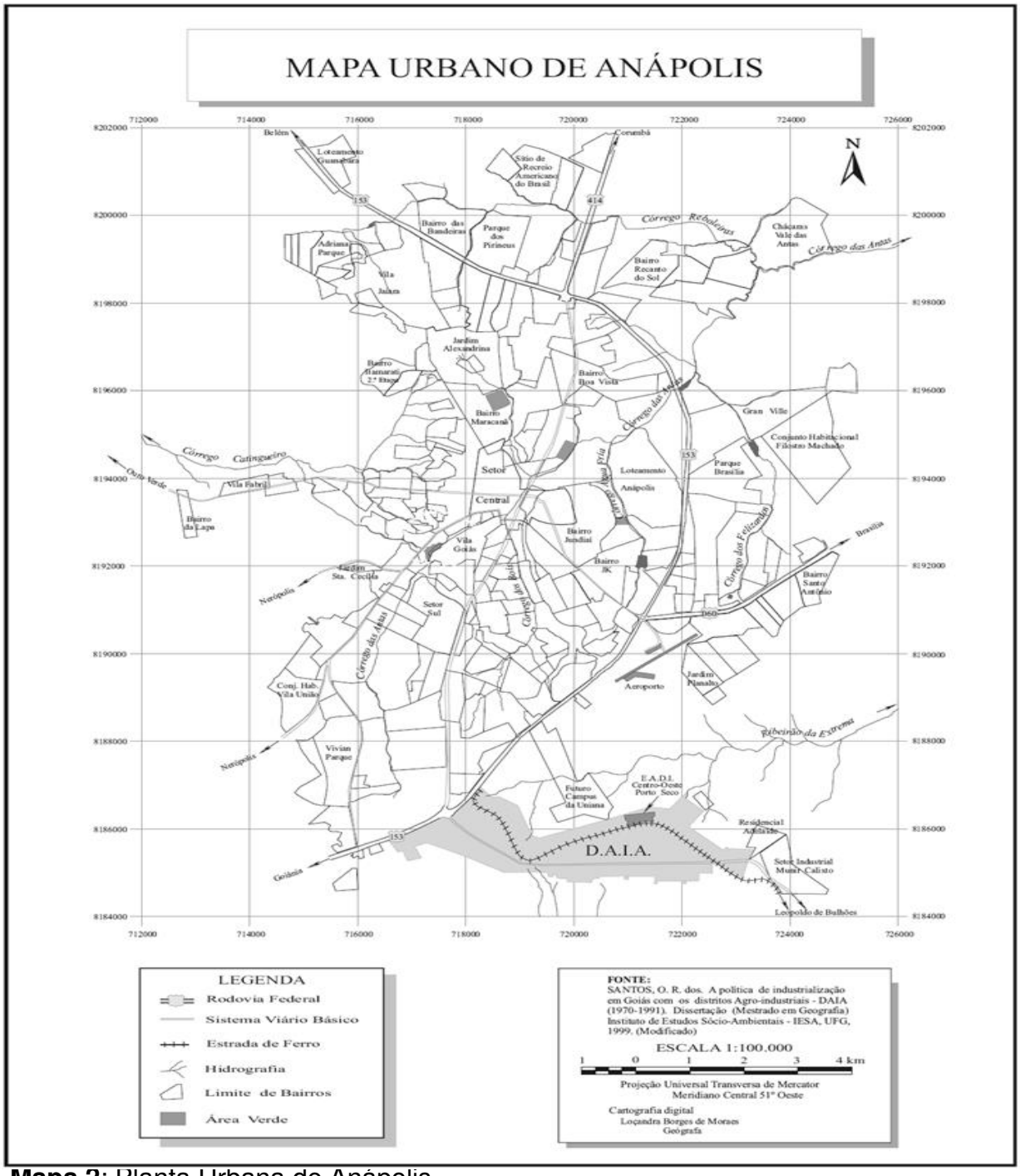
> Com a implantação do Distrito Anápolis cresceu muito, o foco anapolino ainda é voltado muito para as indústrias do DAIA. As indústrias do DAIA empregam em torno de 12 a 15 mil pessoas hoje. Então assim, são muitas pessoas trabalhando [...] (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em julho de 2009).

Observa-se que predomina no imaginário popular a versão da geração de empregos como sinônimo de desenvolvimento. O quer se colocar na centralidade da reflexão é que de fato a geração de empregos gera melhores condições de vida para os trabalhadores e, consequentemente para a cidade e vizinhanças. Todavia, ocorre outras atividades e setores que geram, às vezes, maior quantidade de empregos e não possuem o mesmo apoio das classes dirigentes e/ou similares.

O proprietário da empresa de cartonagem, que emprega 140 funcionários, se vê numa situação difícil quando questionado sobre as desvantagens da implantação do DAIA para Anápolis e também recorre ao discurso do emprego:

> Desvantagens é muito difícil de colocar. É um lugar que abriga muito emprego. O *status* de ter um Distrito Industrial tão bem montado como é o nosso, com empresas que geram muito emprego. Em tempos atrás se fazia muito importação de mão-de-obra. Hoje a mão-de-obra está mais localizada porque está havendo mais treinamento. Na década de 1990 teria que trazer diretores de fora. Hoje vejo amigos de infância na direção de algumas. Hoje já diminuiu bastante, mas ainda estamos trazendo mão de obra de fora. (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em julho de 2009).

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65



Mapa 2: Planta Urbana de Anápolis

Por considerar a mão de obra qualificada como um gargalo, sua fala chama a atenção para dois aspectos: o primeiro se refere à adequação dos institutos

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

de formação de mão de obra para as indústrias, principalmente os chamados *chão-de-fábrica* com instrução restrita e baixos salários. O segundo é uma questão bastante debatida, na qual há um indicativo de que a maioria dos cargos de direção e maiores salários são ocupados por *estrangeiros* – não por anapolinos – mas por mão de obra especializada de fora. O entrevistado acredita que esse fenômeno tem sido reduzido, mas ainda está ocorrendo. O Deputado Federal corrobora esse fato em sua fala:

> Uma das dificuldades é que essa expansão acontecida após a década de 1990, advinda do porto-seco e do pólo farmoquímico, a cidade não estava preparada para assimilar de pronto esse momento importante. Então por exemplo a falta de mão-de-obra qualificada fez com que tivéssemos que trazer de fora muitos dos trabalhadores. Abriam-se as vagas de emprego no DAIA, mas elas não eram assimiladas e preenchidas por pessoas de Anápolis. Isso já está sendo superado, com escola técnica profissionalizante, que estamos implantando, mas eu diria que isso seria o ponto básico negativo das dificuldades que nós tivemos com esse novo momento de impulso do DAIA. (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em julho de 2009).

Esses aspectos remontam uma prática comum da sociedade atual em que os trabalhadores que não conseguem emprego, acabam recebendo a *culpa* por não serem qualificados e, portanto, incapazes de se adaptarem às exigências do mundo do trabalho como afirma Ribeiro (2008, p.101):

> No tocante à inserção do trabalhador no mercado de trabalho [...] acrescenta que "a responsabilidade pela situação de desemprego vem sendo tirada dos ombros do Estado e jogada nos ombros dos próprios trabalhadores". O autor adverte que nesse aspecto o trabalhador é que se torna responsável pelo seu próprio desemprego.

Desse modo o trabalhador é induzido a acreditar que sem capacitação seria praticamente impossível a inserção no mercado de trabalho:

> O fenômeno da qualificação profissional impregnou-se no ideário societal, difundido no interior do meio empresarial, levando a classe trabalhadora a aceitar esta idéia como condição para ter acesso ao trabalho. Thomaz Júnior (2000) ressalta que ao se esperar que a (re)qualificação do trabalho, por si só, seja o selo de garantia para a revalorização da competência e da habilidade, acabou-se por

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

> convertê-la no passaporte para a empregabilidade. (MENDES, 2007 p. 47).

Isso fica claro na explanação do Deputado Federal quando o mesmo se refere a uma vantagem da presença do DAIA para a população de Anápolis:

> Segundo, o incentivo à maior profissionalização, a exigência de cada vez pessoas mais capacitadas, incentiva as pessoas a se desenvolverem em seus estudos, a se capacitarem para poder ocupar as oportunidades que estão abertas. (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em julho de 2009).

A condição imposta aos trabalhadores de que os mesmos devem se capacitar para poder ocupar as vagas é dissimulada pelo entrevistado como sendo um incentivo. Esses trabalhadores recebem, injustamente, toda a culpa por não conseguirem emprego, como explica Mendonça (2004, p. 89-90):

> Surge então o discurso da empregabilidade, responsabilizando o indivíduo pelo seu emprego e/ou desemprego. A questão da qualificação aparece como a única alternativa e, nesse sentido, a responsabilização social recai sobre o trabalhador, uma vez que, ao Estado cabe a criação de cursos de qualificação e requalificação e, se o trabalhador demora mais em conseguir trabalho, aparentemente, o problema não está na macroestrutura econômica e política, mas nas poucas habilidades e/ou aptidões do trabalhador.

Sob as argumentações desse discurso da empregabilidade, os empresários pressionam o poder público a viabilizarem cursos profissionalizantes. Junto a essa ação, temos o sentimento por parte dos trabalhadores no qual "suas vagas de trabalho" estão sendo tomadas por pessoas oriundas de outras localidades. Isso culmina na implantação da Rede S (SENAI[1], SENAR, SESC, SESI, SENAC). Os cursos oferecidos são elaborados, *sob encomenda*, atendendo às necessidades das fábricas e também as transformações do mercado formando um trabalhador *superqualificado*, polivalente:

> A superqualificação, como característica do trabalhador da indústria moderna, se dá no sentido da polivalência. Como ele tem a função de operar máquinas, nada impede que ele possa operar mais do que uma máquina, ou como, no exemplo do entrevistado, o operador opera a máquina e cuida de sua manutenção. A lógica se dá com

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

> trabalhadores que possuam diversas habilidades e competências, ou seja, superqualificado, exercendo várias funções na produção. (MENDES, 2007 p. 119).

A implantação desses cursos acaba por passar uma falsa sensação na qual os trabalhadores anapolinos atingiriam os empregos com melhor remuneração, o "alto escalão". Ledo engano, pois o que acaba por se concretizar é o chão-de-fábrica.

Os discursos: a qualificação como condição para a empregabilidade

Percebe-se que a Rede S contribui com as estratégias do capital visando treinar a mão de obra, ou melhor, adestrá-la, elevando a produtividade do trabalho, criando-se, em grande número, trabalhadores desempregados, porém qualificados, formando um *exército industrial de reserva* qualificado. O SENAI de Anápolis forma em média 6.000 profissionais por ano, podendo então o industrial negociar mais facilmente os baixos salários, principalmente devido ao alto número de trabalhadores que precisam se empregar e não conseguem, pois não há vagas suficientes para suprir todos esses novos profissionais.

Muito além do simples adestramento, essa qualificação é imbuída de um conceito ideológico de educação e cidadania, buscando a imagem de uma instituição prestadora de serviço, funcionando como um mecanismo de controle social que aliena o trabalhador e mascara a exploração do trabalho e a difusão de um modelo de educação unilateral, acirrador da competitividade, que beneficia apenas aos industriais. (MENDES, 2007). A análise dos currículos dos cursos oferecidos no SENAI em Anápolis demonstrou não apresentar conteúdos políticos e sociais de forma a não permitir a reflexão social e a emancipação do trabalhador, pois tem como objetivo geral a preparação para a polivalência técnica (RIBEIRO, 2008).

Para melhor ilustrar veremos como no caso de Catalão/GO, a implantação do SENAI em 1988 se deu de forma semelhante à de Anápolis, expondo claramente a união de interesses do capital com o Estado, atendendo aos desejos dos industriais que se firmavam no discurso do fenômeno da qualificação profissional.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

Coube à Prefeitura Municipal ceder uma área com 7.500 metros quadrados, e galpões necessários ao funcionamento das oficinas da Unidade, e aos empresários a aquisição de equipamentos para as mesmas. O SENAI ficou responsável por construir a sede da administração, auditório, cantina, área de lazer, salas de aula, instalações, mobiliário, além de assumir a administração[2].

Essa utilização dos recursos públicos para viabilizar a capacitação restrita e direcionada para algumas funções específicas dentro das fábricas, com baixa remuneração onde o trabalhador se vê sem muitas opções de escolha, denota claramente que, os principais beneficiados desse processo são os empresários. No caso específico do DAIA as principais instituições que se encarregam de treinar essa mão de obra para as indústrias são o SENAI, a UEG (Universidade Estadual de Goiás) e a CEPA (Centro de Educação Profissional de Anápolis) recentemente implantado no Distrito (RIBEIRO, 2008). Pelo fato do CEPA ser subsidiado pelo governo estadual, nota-se novamente o uso de recursos públicos em benefício dos industriais. Isso revela a fusão de interesses imersa na complexa relação capital-estado-trabalho, além da necessidade de manter esses fatos longe do conhecimento dos trabalhadores, como cita Mendonça (2004, p. 93):

> Os agentes do capital, desde a gênese do capitalismo, não fizeram outra coisa senão aperfeiçoar e/ou inventar novas formas de controle sobre os trabalhadores que, estranhados do produto do trabalho social, apresentam entraves que os impedem de ter a clarividência acerca do processo e das teias emaranhadas que constituem o tripé capital-Estado-trabalho, que assegura a expansão e a consolidação das formas de produzir hegemonizadas pelo capital contemporâneo, centrado na tecnociência e nas finanças. Mas, ambos, capital e trabalho, sabem dessa processualidade sócio-histórica e o desafio dos agentes capitalistas é impedir que mais e mais trabalhadores tenham clareza disso, pois quando assim procederem, as amarras que cerceiam a ação política libertária serão rompidas.

A implantação do DAIA surgiu de uma demanda que não pode ser vista como exclusiva de apenas uma escala. Tanto o local, quanto o regional estavam em sintonia com demandas nacionais, e as políticas públicas foram direcionadas para tal intento. Nesse contexto Goiás se insere nacionalmente, acompanhando as necessidades, principalmente, de São Paulo, potencializando a agroindústria e

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

depois atraindo conglomerados industriais modificando as características socioeconômicas do estado. E na viabilização desse processo ficou explícito a aliança dos agentes econômicos e seus interesses juntamente com o aparelho do estado como cita Moraes (2004, p. 104):

> A inserção da economia goiana, na esfera produtiva nacional, acompanhou complementarmente o ritmo e as demandas da economia paulista. A estrutura criada no território goiano e as vantagens comparativas aqui existentes, foram paulatinamente atraindo agentes econômicos que, aliados ao aparelho do estado, implementaram estrutural transformações nas características do estado.

O discurso da empregabilidade teve ampla divulgação e massificação como pudemos perceber na fala de quase todos os entrevistados da classe trabalhadora (foram cinco no total). Os entrevistados são categóricos: “O que mudou foi as indústrias, os empregos, o trabalho. Duas vantagens são o trabalho e o transporte”. (O. S. 55 anos, trabalha em manutenção e mora em Anápolis há mais de 20 anos); “O DAIA contribuiu pra isso né? Contribuiu na industrialização, na geração de empregos, o pessoal tá trabalhando... tá podendo sustentar a vida”. (J. S. trabalhador na função de serviços gerais, sempre morou em Anápolis); “O DAIA é muito bom, a valência da cidade é o DAIA, tem muita indústria, muito emprego. Tem que ter mais ainda, quanto mais, melhor pra cidade”. (J. M. 54 anos, morador de Anápolis e já trabalhou no DAIA); “As vantagens é o grande número de empregos para a população anapolina”. (D. P. 54 anos, encarregado de cobrança, mora em Anápolis há 33 anos); “Das vantagens do DAIA o que vem na minha cabeça é o emprego. Eu trabalhei, só nessa firma (PRECON) 28 anos”. (A. G. 57 anos, trabalhou na PRECON como mecânico, reside em Anápolis desde 1970). De forma unânime o discurso da geração de empregos é apregoado no imaginário da classe trabalhadora.

Seguindo essa tendência, o Deputado Federal quando questionado acerca das vantagens do DAIA para o município reforça: “Arrecadação, atração de novos investimentos e novos recursos, geração de emprego. Com isso garantia de renda, e isso reflete na qualidade de vida da população, tudo isso no campo econômico”.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

O administrador do DAIA, na entrevista, buscou propagar o discurso da empregabilidade proporcionado pelo Distrito de forma que em alguns aspectos o argumento se aproxima do senso comum:

> Para Anápolis, o mais importante de tudo é a empregabilidade, é a inclusão de pessoas como trabalhador honesto, que ganha seu salário honestamente, com qualidade, todas as empresas do Distrito por uma questão do PRODUZIR, tem uma contrapartida onde as empresas são obrigadas, com os incentivos fiscais, elas se isentam de algumas taxas. Então tem uma contrapartida de inclusão social, de qualificação de mão de obra, de patrocínio ao esporte amador, tudo mais. Então as vantagens para região, não só pra Anápolis, mas pra região, porque hoje nós temos funcionários que moram em Goiânia, que moram em Goianápolis, em Nerópolis, em Leopoldo de Bulhões e trabalham no DAIA. Então quer dizer, essa rede do bem, essa rede dessa qualificação, essa rede da pessoa de bem com ela mesma, essa rede recebe um grande apoio das indústrias do DAIA nessa geração de emprego. Isso melhora a qualidade de vida, melhora o relacionamento entre as pessoas, melhora o padrão de vida de toda a sociedade. (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em julho de 2009).

Seu discurso já começa confundindo inclusão social com os empregos disponibilizados no DAIA. Posteriormente, destaca a relevância do alcance regional, pois parcela das vagas ofertadas serem ocupadas por trabalhadores oriundos das cidades próximas. Na verdade esse aspecto não é só do emprego do DAIA, mas também atinge vagas em universidades, além de diversos serviços. No final do trecho o entrevistado chega a ser burlesco. Refere-se a uma *rede do bem*, diz que a geração de empregos gera uma "rede da pessoa de bem com ela mesma", e atribui a melhora do relacionamento entre as pessoas a esse labor no DAIA, da qualidade de vida, e ainda a melhora do padrão de vida de toda a sociedade.

Outro aspecto percebido no trecho é a fantasiosa impressão de que as pessoas recebem o "apoio" das indústrias. O entrevistado apresenta uma visão na qual as indústrias possuem uma espécie de dádiva de conceder trabalho para a população, como se fizessem um favor. Porém a realidade não é essa. As indústrias estão ali instaladas, funcionando a partir do sistema capitalista e visam fortalecer as condições de geração do lucro. E para atingi-lo necessitam, invariavelmente, reduzir os custos de produção, e por aí passa o valor pago pelo trabalho a cada funcionário.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

Da mesma maneira, quando o trabalhador tem a possibilidade de ser substituído pelo trabalho mecanizado e o mesmo apresenta maior nível de produtividade, portanto significando mais lucro, não há apoio nem favores. A mão de obra é substituída de imediato.

As formas de se buscar essa redução dos custos mantendo as margens de lucro sofreram mutações ao longo do tempo. No Brasil, após a abertura econômica e a adoção de políticas neoliberais as empresas se viram forçadas a rever alguns aspectos da relação capital x trabalho na busca de manterem-se competitivas frente ao mercado mundial (MENDONÇA, 2004).

A influência regional

O fato de vários postos de trabalho no DAIA serem ocupados por pessoas de outros municípios remete à influência exercida por Anápolis na região. Algumas pesquisas tratam do tema, como Luz (2001), Meneses (2008), Montessoro (2006) e nelas verifica-se que Anápolis funciona como um importante gerador de fluxos, estabelecendo uma centralidade e produzindo dinâmicas econômico-territoriais. Os vultuosos investimentos em infraestrutura por parte do Estado, para viabilizar as atividade comerciais e industriais assim como os esforços para mantê-las como pólo e centro dinâmico da economia goiana são um bom indicativo dessa centralidade.

Segundo Meneses (2008), Anápolis atinge assim alto grau de importância, com um marcante papel atrativo e funcionando como difusor econômico, sendo isso reflexo das lógicas de atuação do capital, redefinindo e concentrando papéis regionais. Afirma:

> Existe, portanto, pontos nodais que geraram centralidades em decorrência dos fluxos que são alimentados pelo consumo intra-urbanos, interurbanos e regionais, o qual caracterizam centralidades regionais, resultando estruturas de grande envergadura, fato correspondente à situação e capacidade de atração inerente a Anápolis. (MENESES, 2008, p. 54)

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

De forma mais sóbria, porém mantendo o discurso, o presidente da Câmara de Diretores Logistas - CDL quando questionado acerca da importância do DAIA para a população anapolina responde:

> A geração de emprego é muito grande. Não só para população anapolina, mas tem atraído muita gente pra cá em busca de emprego. E tem absorvido a mão-de-obra dessas cidades circunvizinhas que nós sabemos que são municípios muito menores, não oferecem muita coisa, apesar de Goiás estar passando por um **desenvolvimento total**, estão instalando usinas, algumas indústrias em determinados pontos desses municípios, mas com isso tem atraído essa nova mão-de-obra para cidade. Então junto à população eu tenho certeza que a geração de emprego é importante [...] (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em julho de 2009 - grifos do autor).

A fala pode ser analisada a partir do discurso desenvolvimentista da geração de emprego por parte do Distrito e também com a ideia de fortalecer e incentivar o dinamismo regional, baseados nos dados apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Pessoal ocupado por ramo de atividade

	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Pessoal ocupado em 1970								
Goiás	18514	26,58	32689	46,93	18446	26,48	69649	100
Goiânia	5812	25,95	10678	47,67	5911	26,39	22401	100
Anápolis	2981	40,13	2879	38,75	1569	21,12	7429	100
Pessoal ocupado em 1975								
Goiás	31532	26,36	53473	44,70	34627	28,94	119632	100
Goiânia	10933	24,31	20462	45,49	13587	30,21	44982	100
Anápolis	4467	41,87	4147	38,87	2056	19,27	10670	100
Pessoal ocupado em 1980								
Goiás	55131	31,52	70971	40,57	48829	27,91	174931	100
Goiânia	18409	25,34	29669	40,84	24576	33,83	72654	100
Anápolis	8937	50,98	5898	33,65	2694	15,37	17529	100
Pessoal ocupado em 1985								
Goiás	61465	30,96	88044	44,35	49025	24,69	198534	100
Goiânia	21868	27,21	37073	46,12	21441	26,67	80382	100
Anápolis	8575	46,15	7276	39,16	2729	14,69	18580	100
Pessoal ocupado em 1995								
Goiás	91354	26,99	154225	45,56	92908	27,45	338487	100
Goiânia	35668	21,66	71731	43,56	57270	34,78	164669	100
Anápolis	9280	32,71	12618	44,48	6471	22,81	28369	100

Fonte: Ipeadata baseado em dados quinquenais do IBGE
Obs. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

E mesmo tendo tanta certeza dessa geração de emprego, em um trecho mais a frente, o próprio entrevistado começa a desconstruir essa ideia quando questionado sobre o fato do comércio gerar mais empregos que a indústria:

> Sim. Porque na indústria, a gente sabe que a alta tecnologia às vezes substitui a mão-de-obra. É o desenvolvimento natural do mundo. Mas esse desenvolvimento da indústria atrai essas grandes empresas que empregam muito mais mão-de-obra. Então o comércio ainda é o campeão da empregabilidade, da ocupação dessa mão-de-obra, muito mais que a prestação de serviços. Porque a prestação de serviços, vamos dizer hoje na área da construção civil ela é sazonal. Ela tem um pico, chegou a crise agora houve a estagnação, diminuiu e muito. Apesar da preocupação do governo federal agora de querer injetar recursos para não acontecer essas demissões que estão acontecendo. Mas é um fator natural, é um acontecimento que ninguém esperava, está aí e você vê que o comércio em si, a grande rede de micro e pequenos empresários que atuam nessa faixa do comércio, na ponta, não demitiu, aconteceu de ter admissão de mão-de-obra porque desenvolveu a cidade. (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em outubro de 2009).

Apesar de atribuir à indústria a chegada de outras empresas, afirma que a tendência é a tecnologia substituir a mão de obra e não seria diferente em Anápolis. E apresenta o comparativo no qual o comércio supera não só a indústria como também o setor de serviços atribuindo a esse o aspecto negativo que é a sazonalidade de alguns segmentos como a construção civil.

De fato o entrevistado tem razão como podemos observar através dos dados da tabela 01 que traz a evolução, por período, do pessoal ocupado dividido em ramos de atividade para Goiás, Goiânia e Anápolis. Evidentemente Goiânia assume maior influência nos setores de serviço e comércio (com um considerável incremento do serviço na última década verificada), e pouca variação no percentual de participação da ocupação na indústria a cada período, como podemos visualizar mais facilmente no gráfico 1:

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

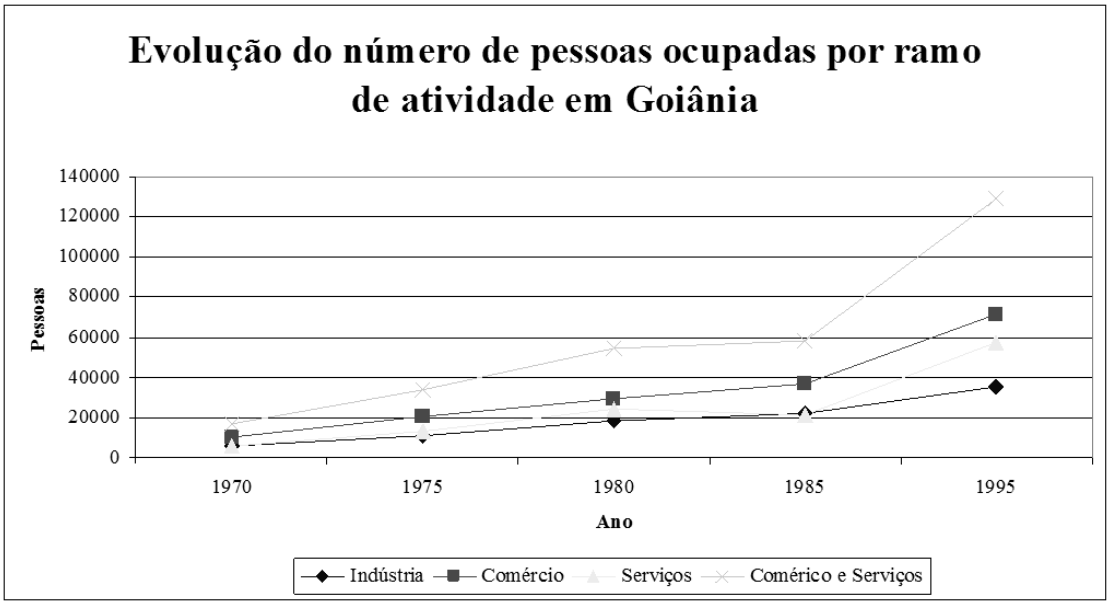


Gráfico 1 – Evolução do número de pessoas ocupadas por ramo de atividade em Goiânia. Fonte: IBGE

O gráfico 2 demonstra pouca diferença para o estado de Goiás. Percebemos as mesmas características quanto à participação do comércio, porém o serviço perde um pouco sua influência em relação a capital equiparando-se a indústria no que se refere ao pessoal ocupado.

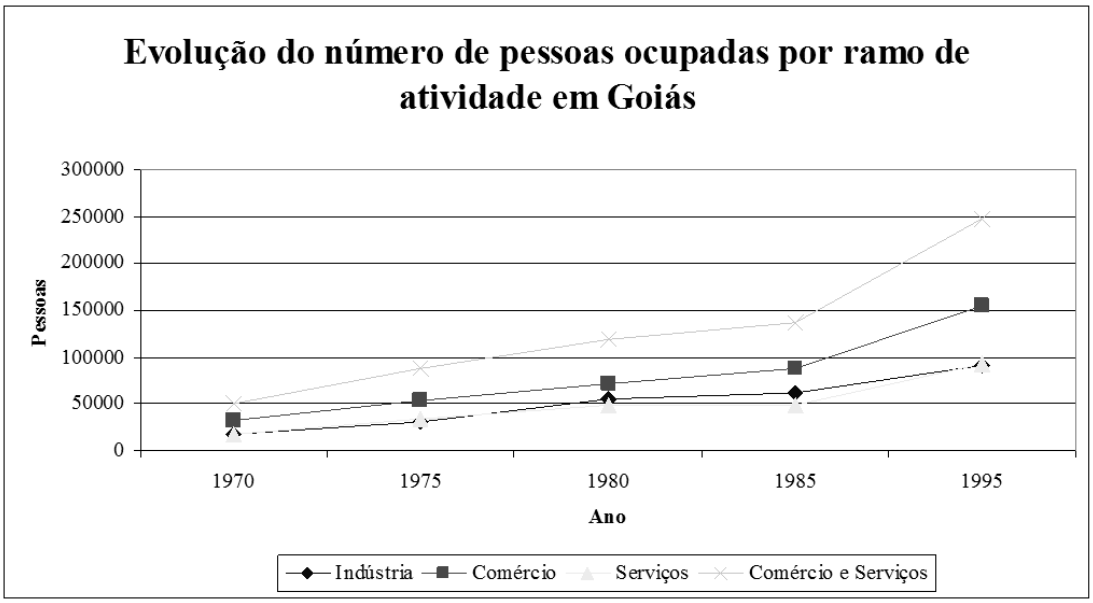


Gráfico 2 – Evolução do número de pessoas ocupadas por ramo de atividade em Goiás. Fonte: IBGE

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

No município de Anápolis estão as características mais intrigantes. Segundo o gráfico 3, podemos notar que tanto o comércio quanto o setor de serviços, gradativamente aumentam o número de pessoas ocupadas e também o seu percentual de participação. Já a indústria segue a mesma tendência apenas na primeira década analisada, pois entre 1975 e 1980 há um forte incremento no índice, devido à implantação do DAIA.

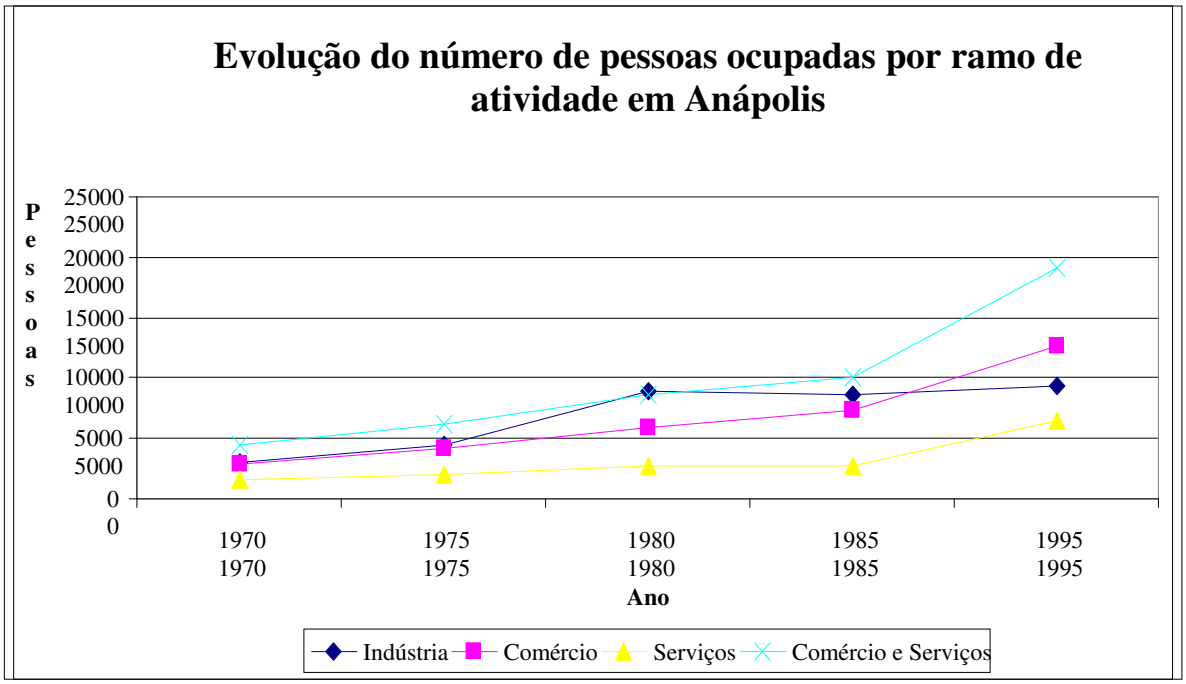


Gráfico 3 – Evolução do número de pessoas ocupadas por ramo de atividade em Anapólis.
Fonte: IBGE

O gráfico 4 permite uma melhor visualização da relativa perda de importância da indústria, conforme o número de postos ocupados por trabalhadores.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

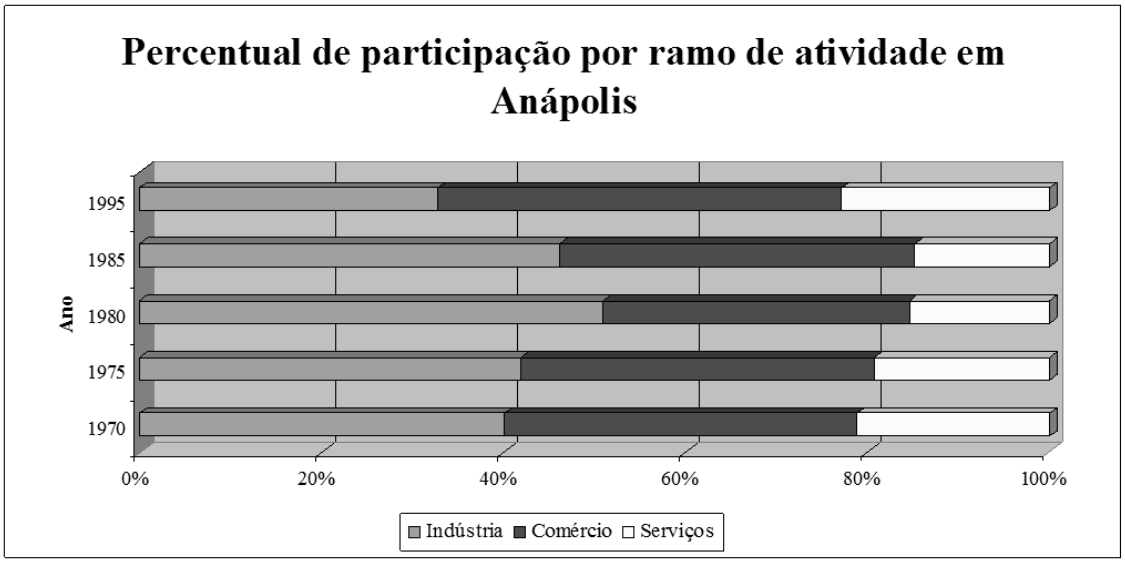


Gráfico 4 – Percentual de participação por ramo de atividade em Anapólis.
Fonte: IBGE

O percentual diminui principalmente após 1980, motivado por inovações tecnológicas que substituem a mão de obra como já discutido anteriormente. Nota-se também o aumento da participação do comércio e dos serviços, principalmente em 1995. Essas características ficam ainda mais marcantes quando percebemos que nos primeiros anos do Distrito eram apenas 12 indústrias, e em 1995 eram contabilizadas 53 indústrias (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1996), ou seja, um incremento de quase 350% no total de indústrias sendo que entre 1980 e 1995 reduziu-se em 18,27% o número de pessoal ocupado pela indústria anapolina.

Isso nos permite indagar sobre a natureza dos empregos do DAIA, principalmente com a adoção de inovações técnicas e tecnológicas no processo produtivo. A fala de um dos entrevistados da classe trabalhadora evidencia esse aspecto por parte de quem vivenciou isso de perto.

> Eu trabalhei de 1981 a 1993, foi na época que teve uma maior movimentação, a CEMINA tinha um grande número de funcionários, nesse período tinha uma movimentação de funcionários muito maior do que tem hoje. De uns tempos pra cá, apesar de ter aberto várias firmas, teve uma diminuição no número de empregos. A CEMINA tinha um número enorme de funcionário, eu não me lembro bem mais eu acredito que na faixa de uns cinco mil funcionários, e hoje tem trezentos. (Entrevista realizada por SILVA, R. M., em outubro de 2009).

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

Contrapondo-se a mítica "fábrica de empregos" por parte do Distrito Agroindustrial de Anápolis, temos um estudo monográfico realizado pela então concluinte do curso de Licenciatura em História, Luzivânia Rodrigues Lima em Anápolis, que traz o título: As transformações no mundo do trabalho em Anápolis: mitos e verdades (1930–2006). Nele a pesquisadora consegue levantar que apenas os estabelecimentos comerciais de uma importante Avenida da cidade empregam mais trabalhadores que o DAIA. Trata-se da Avenida Brasil[3] que na década de 1980 apresentavam 47 empresas instaladas (Tabela 2), enquanto o DAIA contabilizava 12 indústrias na mesma década. Embora, alguns possam argumentar sobre a quantidade de postos de trabalho, apresentamos mais adiante a expressão das atividades que geram empregos fora do DAIA.

Tabela 2 – Empresas estabelecidas na Avenida Brasil 1940 a 2000

ANOS	NÚMEROS DE EMPRESAS
1940	03
1950	08
1960	08
1970	12
1980	47
1990	79
2000	223
TOTAL	**380**

Fonte: LIMA, 2008.

É importante pensar sobre o número de empregos disponibilizados pelas empresas instaladas ao longo da Avenida Brasil em comparação ao DAIA. Em 2006, somando todas as empresas da Avenida Brasil temos um total de 380 instaladas gerando 8.771 postos de trabalho[4] (Tabela 3), em contrapartida o DAIA gerou uma média de 7.600 postos[5] no mesmo ano (LIMA, 2008).

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

Tabela 3 – Número de empresas e de empregados na Avenida Brasil por porte

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE EMPRESAS	**PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPRESAS**	NÚMERO DE EMPREGADOS	PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPREGOS	MÉDIA DE EMPREGADOS POR EMPRESA
Micro Empresas	273	71,84%	1043	11,89%	3,82
Empresas de Pequeno Porte	82	21,58%	1487	16,95%	18,13
Empresas de Médio Porte	8	2,11%	459	5,23%	57,38
Empresas de Grande Porte	17	4,47%	5782	65,92%	340,12
TOTAL GERAL	**380**	**100,00%**	**8771**	**100,00%**	**23,08**

Fonte: LIMA, 2008.

Referente aos dados da Avenida Brasil, juntando-se as microempresas e as empresas de pequeno porte temos 93,42% do total de empresas, que respondem por apenas 28,84% do total de empregos. Por outro lado as empresas de grande porte significam somente 4,47% do total de empresas, mas empregam sozinhas 65,92% do total de empregos.

Essa característica se deve ao fato das empresas de grande porte possuírem uma média de 340,12 empregados por empresa, enquanto as micro e pequenas empresas possuem uma média de 3,82 e 18,13 empregados respectivamente. No caso das microempresas verifica-se a grande quantidade de empreendimentos familiares.

Isso não representa um dado positivo visto que apesar de uma média maior de empregados nas empresas de grande porte, temos uma quantidade muito reduzida de proprietários desses empreendimentos, resultando assim numa maior concentração de renda.

É irônico o pouco esforço necessário para entendermos a fragilidade da afirmação na qual o DAIA é um poderoso gerador de empregos. As fábricas que ali chegam, ou que já estão, são modernas ou se modernizaram para manter a competitividade. E ao se modernizarem aumentam o desemprego estrutural em que parcela da mão de obra é substituída por máquinas e robôs de alta tecnologia e produtividade.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

> As inovações tecnológicas promoveram a elevação da produtividade propiciando grandes dividendos para os proprietários dos meios de produção, todavia, também promoveu a diminuição brusca do trabalho vivo, ampliando o desemprego e complexificando as relações de trabalho, na medida em que os próprios trabalhadores, na busca pela sobrevivência, se rearranjaram diante da nova dinâmica controlada pelo capital. No rearranjo das relações sociais de trabalho é que as relações precarizadas sobressaíram, expressando novas formas de acumulação e um significativo desmonte da estrutura sindical até então existente. (MENDONÇA, 2004, p. 91)

Em 1982 o DAIA contabilizava 12 empresas instaladas e mesmo assim gerava quase oito mil empregos (MACEDO *apud* RIBEIRO, 2008, p. 109). Entre 1982 e 2006 o número de empresas subiu para 95 (aumento de 691%) e o número de empregados permaneceu abaixo de oito mil. O dado expõe o fato de que o avanço tecnológico atrelado ao desemprego estrutural impede, no setor industrial, que o índice de emprego acompanhe o aumento no número de fábricas, significando uma redução nas vagas ofertadas como mostra Antunes (2002, p. 29-30):

> De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da i*ntensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo ou eliminando em muito tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria *valor*, ou suas formas assemelhadas, especialmente as atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*. Reengenharia, *Lean production, team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da "fábrica moderna". Se, no apogeu do taylorismo/fordismo, a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam suas atividades laborativas, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da "empresa enxuta", merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que, apesar disso, tem maiores índices de produtividade. (Grifos do autor).

Dessa forma aumenta-se o exército de trabalhadores desempregados, aumentando-se a oferta de mão de obra facilitando-se assim a redução dos salários e a desarticulação sindical. Esses são os efeitos da reestruturação produtiva do capital, e mais recentemente da precarização e flexibilização do trabalho. Dias (2003, p. 50) pontua:

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

> Não importa se nesse processo são eliminados postos de trabalho, isto é mero detalhe para os capitalistas. Busca-se destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas seus os coletivos. Em suma, quer-se produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. O caso das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão.

Reflexo desse panorama foi a seleção de candidatos da montadora de veículos Hyundai que se implantou no DAIA onde "[...] 150 postos de trabalho foram disputados por mais de 6 mil candidatos" (RIBEIRO, 2008, p. 73).

Nem é preciso salientar que a análise se trata de apenas uma Avenida, desconsiderando todos os outros estabelecimentos encravados das demais ruas e avenidas do município. Como pode então, continuarem a repetir que o DAIA é um "poderoso gerador de empregos", e que é a expressão do progresso e responsável pelo desenvolvimento da população anapolina?

Apesar do IPEA[6] ter disponibilizado apenas dados até 1995 sobre o pessoal ocupado por ramo de atividade, o percentual de participação na indústria é ainda menor nos dias atuais. Isso corrobora a afirmação feita pelo historiador entrevistado de que o comércio em Anápolis é movimentado muito mais pelos salários advindos do setor público e de serviços do que pelo setor industrial. Entretanto, cabe destacar que o processo de apropriação do espaço e a decorrente produção dos territórios implicam em conflitos e contradições.

É preciso desvelar as tramas enredadas e compreender as mudanças espaciais em Goiás após o processo de reestruturação produtiva do capital, mediante a territorialização de atividades industriais no DAIA e em Goiás. Essas ações/investimentos permitiram a constituição de complexas redes e relações capital/trabalho, que necessitam ser fortalecidas a partir das pesquisas, com o intuito de aclarar o Goiás moderno, que se hibridiza com as tradições, constituindo um mosaico de usos e tessituras que explicitam as transformações da sociedade goiana no início do século XXI.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

Referências

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). In: **Caderno CRH**, n. 37 p. 23-45, jul/dez. 2002.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política:** um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Vieira, 2007.

RIBEIRO, I. A. R. A. **O Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA:** mercado de trabalho e formação profissional. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2008.

MENDES, L. O. **Expansão do capital, territorialidades do trabalho e as respostas do SENAI em Catalão (GO) no século XXI:** Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MORAES, R. S. **A câmera escura:** gestão territorial e as novas territorialidades do capital em Goiás. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2004.

MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade urbana e comércio informal:** os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MENESES, M. R. **As múltiplas escalas do processo de consolidação de Anápolis como centro regional.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2008.

GOIÁS. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás - 1996**. Goiânia: SEPLAN, 1996.

_____. **Ranking dos Municípios Goianos 2007.** Goiânia: SEPLAN, 2008.

LUZ, J. S. **A influência da situação geográfica para o desenvolvimento comercial da cidade de Anápolis-Goiás**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2001.

LIMA, L. R. **As transformações no mundo do trabalho em Anápolis**: mitos e verdades (1930-2006). Monografia, Instituto Superior de Educação – UniEVANÉLICA, Anápolis, 2008.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 42 - 65

Notas

[1] Escola de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, inaugurada em 1952 em Anápolis e em 1942 no Brasil. O SENAI surge com o objetivo de recrutar, preparar e (re)qualificar trabalhadores para o mercado de trabalho seguindo as demandas das indústrias na década de 1940 através do Decreto-Lei n.º4.048, de 22 de janeiro de 1942.
[2] Para maiores detalhes ver Mendes, 2007.
[3] A Avenida Brasil surge da sugestão de um comerciante situado às margens da Rodovia BR-14 junto à Câmara dos Vereadores de Anápolis para que se implantasse ali uma Avenida, ainda na década de 1960. A Avenida Brasil corta a cidade de Norte a Sul como uma espinha dorsal do município sendo que ao norte se localiza o Trevo de Corumbá e ao Sul encontra-se o DAIA e pela tipologia de eixo rodoviário, acabou por adensar o comércio e serviços regionais.
[4] Estes 8771 postos de trabalho são compostos de 8147 empregos formais e 624 informais.
[5] Destes 7200 são empregos diretos e 400 são indiretos.
[6] Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.